

**HABEAS CORPUS Nº 508.066 - SP (2019/0125367-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : BRUNO DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : BRUNO DA SILVA OLIVEIRA - SP317041  
JOEL JUNIOR AMORIM RODRIGUES - SP426882  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KAIK JOSE MARTINS QUEIROZ (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de KAIK JOSE MARTINS QUEIROZ em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 70):

HABEAS CORPUS. LIBERDADE PROVISÓRIA. Tráfico. Prisão preventiva. Revogação. Inviabilidade. Decisão fundamentada. Presença dos requisitos autorizadores da prisão cautelar. Gravidade concreta da conduta. Prisão domiciliar indeferida. Excesso de Prazo não verificado. Insuficiência das medidas cautelares alternativas. Constrangimento ilegal não caracterizado. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 16/1/2019 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 17/1/2019 pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

O impetrante busca a ilegalidade do flagrante, em razão de indevida violação de domicílio, razão que ainda justifica o trancamento da ação penal.

Sustenta, ainda, que não estão presentes os requisitos autorizadores do art. 312 do CPP, sendo possível a aplicação de medidas alternativas ou prisão domiciliar, por ser responsável por criança menor de 12 anos.

Por fim, salienta que há desproporcionalidade com futuro regime a ser fixado.

Nesse sentido, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para trancar a ação penal ou revogar a custódia preventiva.

A liminar foi indeferida.

As informações solicitadas constam dos autos.

O Ministério Público manifestou-se pelo não conhecimento ou denegação da ordem.

Na origem, a Ação Penal 1500196-26.2019.8.26.0196 está em fase de alegações finais, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 4/6/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A matéria relativa ao trancamento da ação penal não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 69-76. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto de prisão (fls. 110-112):

[...] Pelo(a) MM. Juiz(a) foi proferida a seguinte decisão: "Vistos. A prisão em flagrante está formalmente em ordem, uma vez que foi realizada com base no artigo 302 do Código de Processo Penal, inexistindo qualquer irregularidade a ser declarada, de modo que deixo de relaxar a prisão cautelar do investigado. Também não é o caso de concessão de liberdade provisória, uma vez que não se afigura, de plano, a presença de nenhuma causa de exclusão da punibilidade ou da culpabilidade nas condutas, estando, assim, presentes o requisito previsto no artigo 312 do Código de Processo Penal. De igual forma, não há que se falar em arbitramento de fiança ou aplicação de medidas cautelares. E mais, a Lei nº 8.072, de 25.07.1990, determina que o tráfico de entorpecentes, delito equiparado a crime hediondo, é insuscetível de fiança (artigo 2º, inciso II, pela redação dada pela Lei nº 11.464/07). **No caso concreto, deve ser acolhida a manifestação do representante do Ministério Público, convertendo-se a prisão em flagrante em prisão preventiva, na forma do artigo 310, inciso II, da Lei nº 12.403/11**, uma vez que há indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas, consistentes no auto de prisão em flagrante delito, em que foram ouvidos policiais militares, além do boletim de ocorrência, laudo pericial de constatação provisória, verificando-se, mesmo em sede de cognição rasa, a presença dos requisitos para a conversão da prisão em flagrante em preventiva, na forma do artigo 310, inciso II, da Lei nº 12.403/11, com a necessidade de estancamento da mercancia proscrita narrada nos autos. **Em prol da ordem pública, deve-se verificar que o(a) autuado(a) estaria na posse de razoável quantidade de droga, consistente em 20 porções de cocaína, embaladas individualmente, pesando 10,17 gramas, além de um aparelho celular e um recipiente contendo 15 espoletas.** Ao que consta, a polícia tinha notícias de que o autuado estaria praticando comércio de cocaína em sua residência. A polícia para o local se dirigiu e encontrou-o no corredor da residência, onde foi abordado. Indagado, o autuado negou que dispunha de droga em sua casa, porém, no quarto do autuado a polícia encontrou as porções de droga e as espoletas. **A droga estava embalada em porções individuais, em típica disposição para a pronta comercialização. Ademais, trata-se de entorpecente de alto poder viciante, com potencial para causar danos a um número indeterminado de famílias. Por isso, pese a primariedade do autuado, reunindo o flagrante elementos que convergem para a inicial conclusão de que se trata de tráfico, outra medida não se afigura eficiente para garantir que, em liberdade, não**

**voltará á prática do tráfico, tudo a recomendar sua custódia, com o fim de estancamento da atividade criminosa.** Por último, o crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006 é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos (artigo 313, I, CPP). Assim, nos termos da Lei nº 12.403/2011, que deu nova redação ao disposto no artigo 310 do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante em preventiva de KAIK JOSE MARTINS QUBROZ, qualificado(a) nos autos, estando presentes os requisitos dos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal, expedindo-se o respectivo mandado de prisão preventiva. [...]

Como já adiantado no exame da liminar, consta do decreto prisional fundamentação evidenciada na apreensão do entorpecente, todavia, a quantidade não é expressiva, qual seja, 10,17g de maconha.

A Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Ademais, o decreto de prisão não traz qualquer motivação concreta para a prisão, fazendo referência às circunstâncias já elementares do delito, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente KAIK JOSE MARTINS QUEIROZ, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator